

Colóquio Internacional Virtual A Filosofia pensa o Neoliberalismo – Epistemologia, Política, Economia; 23 a 25 de novembro. Departamento de Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

Crise do neoliberalismo ou neoliberalismo de crise? Hipóteses sobre a estranha resiliência da economia neoliberal

Edemilson Paraná

Para Diego Armando Maradona, um insubordinado contra a colonização neoliberal da América Latina.

Olá, boa tarde a todos e a todas,

É uma grande satisfação falar neste evento com pessoas tão destacadas sobre um tema tão importante, cuja relevância dispensa, a essa altura, a apresentação de novas justificativas. Agradeço aos organizadores – Felipe, André e Rubens – pelo convite e os parabéns, junto dos outros colaboradores, pelo trabalho de seleção, condução e organização do evento.

Este é o último dia de nosso colóquio, que depois das dimensões da “epistemologia” e da “política”, chega enfim à “economia”. Dentro dos limites de tempo e formato a mim concedidos, julguei útil esboçar, então, alguns apontamentos que, mobilizando livremente aspectos das reflexões dos dias anteriores, pretende enfrentar a seguinte questão: por que, afinal de contas, mesmo após inúmeras crises – duas delas de proporções globais/sistêmicas, o modo de condução neoliberal da economia capitalista parece demonstrar não apenas grande resiliência, como, inclusive, em certas regiões do mundo, capacidade de aprofundamento e intensificação de seus ditames? Eis, pois, o título de minha intervenção: “*Crise do neoliberalismo ou neoliberalismo de crise? Hipóteses sobre a estranha resiliência da economia neoliberal*”.

Como o título sugere, defenderei que mais do que uma “crise do neoliberalismo” – a crise final, como querem os mais otimistas – vivemos a vigência de um “neoliberalismo de crise”. Longe de um mero recurso retórico, busco, com esse curioso jogo de palavras, chamar a atenção para as consequências de um fato importante: o neoliberalismo não se impõe e se perpetua *apesar* das crises que enfrenta, mas, em certo aspecto, precisamente *por meio* de crises que produz e/ou das quais se aproveita. O “estado de crise permanente” é, então, o ar de onde o neoliberalismo “realmente existente” retira o seu oxigênio.

[E quando digo “realmente existente”, introduzo aqui uma primeira distinção importante: aquela entre a normatividade, as ideias, teorias e utopias neoliberais e sua prática efetiva, realmente verificável, como forma de regulação prática da vida econômica. Um exemplo perturbador desta distinção pode ser encontrado no pragmatismo do prócere neoliberal Milton Friedman, talvez o mais influente de seus representantes. Friedman, recordemos, já influente economista acadêmico, portador de um prêmio Nobel e mestre gerações inteiras de economistas, assumiu, em 1981, como conselheiro do presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, tornando-se um dos principais arquitetos de um programa econômico prático chamado “monetarista”. Assim é que Friedman, apesar de desejar e defender teoricamente a abolição do Banco Central, seguia escrevendo páginas e mais páginas, bem como prestando consultoria a governos em todo o mundo, sobre como esse deveria, caso continuasse existindo, ser administrado].

Voltando àquela relação entre neoliberalismo e crise, é esse senso oportunista que leva o mesmo Friedman a celebrenemente sentenciar em seu ensaio *Inflation: causes and consequences* que – eu cito – “somente uma crise – real ou pressentida – produz mudança verdadeira. Esta, eu acredito, é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável”. Eis o mandamento de cabeceira de qualquer agente da doutrina de choque, epítome da chamada “revolução” neoliberal.

Assim é que a adaptabilidade, a versatilidade da aplicação de seus preceitos frente aos limites de cada conjuntura e localidade – e não a intransigência idealista de seus ideólogos – em busca de todos os ganhos possíveis, por quaisquer meios necessários, eis o *modus operandi* dos reformadores neoliberais. Com isso, naturalmente, não falo de nenhuma forma de conciliação moderadora. Longe disso: trata-se astutamente, destaque-se, de “tornar o politicamente impossível em politicamente inevitável”.

De qualquer modo, isso nos remete ao fato de que o neoliberalismo configura uma existência tanto econômica, quanto política e ideológica e, mais do que isso, um modo de governo da vida social e econômica que se configura e se expressa de formas distintas em países, localidades e cultura diferentes, conformando “variedades de neoliberalismo” no interior deste “capitalismo neoliberal”.

Se este é o caso, uma primeira exigência metodológica – que buscarei explorar ao longo dessa exposição – se impõe aqui: não é possível responder àquela pergunta inicialmente

apresentada – sobre a resiliência da economia neoliberal – concentrando, como querem alguns, a investigação do problema na dimensão puramente discursiva e, no interior dela, de produção subjetiva. Isso porque o aparente paradoxo a que esse problema nos conduz parece sugerir que – para muito além de uma “prática discursiva” – a variante neoliberal de existência histórico-concreta do capitalismo conforma-se, antes, como uma sobredeterminação de elementos econômico-estruturais e político-ideológicos. Tal enquadramento alternativo torna-se fundamental, então, para começarmos, como se quer, a avançar em uma tentativa de resposta sobre o problema de seu desenvolvimento e permanência ao longo das últimas décadas.

A resistência neoliberal de crise não se trata, assim, tampouco, de um mero “descolamento ideológico” frente ao suposto “mundo real” da vida social e econômica, uma deficiência cognitiva ou equívoco teórico-analítico, como querem outros, mas está relacionado à defesa consciente ou inconsciente de uma posição de classe objetiva em uma conjuntura concreta. Explorarei mais a fundo as consequências dessa afirmação.

Certamente, o neoliberalismo não é produto tão somente de determinações estruturais rígidas e pré-estabelecidas (o puro desenrolar de uma “lógica do capital” autodeterminada), mas tampouco é um resultado político apenas eventual, ocasional e não-intencional. Configura-se, distintamente, como “sistema normativo”, a partir do encontro entre ações e seus desdobramentos particulares, inseridas em um quadro de possibilidades delimitado por tendências estruturais mais amplas. É um processo vertebrado, de modo gradual e complexo, e a partir de diferentes esferas, estratos e dinâmicas de (sobre) determinação, que se combinam de modo a produzi-lo como resultado. Mais especificamente, o que ocorre, a partir das décadas de 1970 e 1980, é o encontro particular entre um projeto político de classe com uma dinâmica endógena de regulação, ou seja, mútua atração entre duas “lógicas” cujo resultado se consubstancia no neoliberalismo, com as suas condições, determinantes e consequências de ordem subjetiva – sem dúvida alguma, absolutamente significativas.

Portanto, em vias de construir um quadro conceitual adequado ao tratamento da questão em tela, torna-se fundamental incorporar – com todas as dificuldades metodológicas disso advindas – as dimensões ideológica, sociopolítica e econômico-estrutural do problema. Trata-se de uma proposição singela, mas carregada de consequências políticas e teóricas importantes.

Para tanto, intervindo sobre o que vem a ser o que estou chamando de “neoliberalismo de crise” – imagem com a qual busco sintetizar a natureza do neoliberalismo pós-crise de 2008, buscarei, nesta apresentação, seguindo, naturalmente, uma miríade de outros autores, articular a reflexão em torno de três ideias fundamentais:

1 – Do ponto de vista econômico, a financeirização é uma característica estrutural da acumulação e da reprodução social sob o neoliberalismo. No capitalismo neoliberal, os processos de oligopolização, plataformização e financeirização devem ser compreendidos como interligados.

2 – Quanto ao aspecto sócio-político, o neoliberalismo é baseado no controle e uso sistemático do poder do Estado que, por este meio, se engaja em um projeto de recomposição da ordem capitalista, em geral, e do conflito entre as classes, em particular. Neste ponto, cabe notar também a importância dos organismos internacionais. Em todo caso, ainda que o programa neoliberal tenha buscado – particularmente no Norte global – construir formas diversas de consenso político, nada aponta que isso seja, para os neoliberais, um imperativo. O recurso à força foi e é, em muitas ocasiões, a primeira e mais segura das opções mobilizadas.

3 – Por fim, no que toca à dimensão ideológica, o processo de (auto)produção de sujeitos competitivos, empresários de si orientados à concorrência generalizada, é, como sabemos, relevante e significativo, mas não pode ser devidamente mensurado sem o recurso a uma análise dos dois aspectos anteriores, que acabo de apontar, a ser, a transformação econômico-estrutural e, junto dela, a dinâmica de luta política e social entre classes.

A partir dessas três ideias fundamentais poderemos encaminhar, enfim, no interior do exercício de reflexão sobre a natureza do “neoliberalismo de crise”, algumas hipóteses sobre “a estranha resiliência da economia neoliberal”.

Mudança estrutural, neoliberalismo e financeirização

O capitalismo passou, nas últimas cinco décadas, por mudanças profundas, definidas, em larga escala, pelos processos de reestruturação e transnacionalização produtiva, financeirização e neoliberalização, que avançam com maior intensidade a partir das décadas de 1970 e 1980, em um contexto de profunda crise capitalista. Fala-se de um rearranjo dos mecanismos de controle do trabalho e do curso produtivo, agora tendencialmente “flexíveis” e “acelerados”, de transformação nos paradigmas

administrativos e de gestão da grande empresa capitalista, de uma maior integração entre as cadeias de valor, da constituição de novos hábitos e padrões de consumo globais, da ampliação da “autonomia relativa” da esfera financeira em relação à produção.

Sai de cena o “regime de acumulação keynesiano-fordista” do “capitalismo administrado” do pós-guerra – com sua produção e consumo de massas, relativo controle dos fluxos monetários-financeiros e gestão coletiva-tripartite (Estado, sindicatos e empresas) da relação salarial – e entra o “regime de acumulação com dominância da valorização financeira” ou “regime de acumulação flexível” – guiado pela liberalização dos fluxos de capitais, da relação salarial e da proteção social, pela produção e consumo crescentemente modulares e customizados e pelo avanço da lógica e temporalidade financeira no governo da dinâmica socioeconômica como um todo. Esta “financeirização”, que alça a outro patamar de comando o que Marx chamou de “capital fictício”, torna-se a ponta de lança deste processo de globalização econômica que possibilita redesenhar e ampliar significativamente o mercado mundial capitalista.

Como base técnico-operacional, seja da nova articulação e liberalização dos mercados financeiros, seja do redesenho das dinâmicas de trabalho, produção e consumo, crescentemente “integrados” internacionalmente, verifica-se o barateamento dos transportes e meios de circulação e, particularmente, o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) – com destaque para o processamento computacional e a internet, no que foi chamado de “terceira revolução industrial” ou “revolução microeletrônica”.

Parte de um cenário mais amplo de mudanças históricas e sociopolíticas significativas, emerge, então, na esteira do desenvolvimento das TICs – que contribuem para a intensificação das referidas dinâmicas de reestruturação produtiva, abertura e integração dos mercados globais –, um encontro *sui generis* entre capitalismo financeiro e revolução informacional, cujo desenvolvimento e expressão contemporânea se materializa no processo de automação do trabalho e da produção, de “digitalização” ampliada e “plataformização” da atividade econômica, particularmente no setor de serviços, que possibilita a conformação de conglomerados financeiro-informacionais, as chamadas “Big Techs”, que figuram entre as mais “valiosas” empresas do mundo contemporâneo.

Plataformização e financeirização são, é preciso que fique claro, duas dimensões complementares de um mesmo processo de mudança macroestrutural do capitalismo nas

últimas décadas. Compreender este aspecto nos permite enxergar para além das baixas taxas de crescimento econômico mundial, da falta de dinamicidade em termos de ampliação da produtividade, do aprofundamento das desigualdades, para além, em suma, do que há de mais imediato e visível na dita “estagnação secular”, como tem sido definida a macro-conjuntura econômica contemporânea – um contexto em que, paradoxalmente, o poder do dinheiro revela-se, ao mesmo tempo, imenso e insignificante. Imenso ao postergar e manter de pé a dança das cadeiras do financismo zumbi; insignificante na ativação do emprego, do consumo e da produção na economia real.

É que a compulsiva “antecipação do futuro no presente” – típica da predominância de um modo de valorização de capital ancorado na posse de títulos de propriedade cujo “valor” se sustenta primariamente na especulação sobre a sua rentabilidade futura, potencial, e apenas secundariamente na lucratividade efetivamente auferida no presente – estrutura, na prática, um estado de exceção econômica, de crise permanente, cujas apostas se dão sempre à beira da nova derrocada que se avizinha. Na prática, a imposição, por todos os limites da vida econômica, da temporalidade curto-prazista, desregulamentadora e desterritorializante da finança, faz comprimir violentamente o horizonte da valorização de capital – e, com ele, o próprio horizonte de expectativa social, a capacidade de imaginação e criação política. Impõe-se por toda a parte, conforme bem observou Mark Fisher, o “realismo capitalista” da falta de alternativas.

Isso posto, não devemos ter ilusões de que há uma relação antagônica entre a produção e as finanças sob o neoliberalismo. O capital industrial, sobretudo o grande capital multinacional, está materialmente comprometido com a reprodução do neoliberalismo. Conforme nos lembram autores como François Chesnais, este foi aliás, um dos “agentes ativos da mundialização financeira”. Sendo assim, a expectativa de que esses capitalistas subitamente decidirão seguir políticas keynesianas, desenvolvimentistas ou democráticas sugere um equívoco profundo acerca da natureza do capitalismo atual.

Neoliberalismo, Estado e poder político

Em grande medida, a mudança substantiva nas relações de poder dentro dos (e entre os) países – cuja ampliação generalizada das assimetrias e desigualdades de todo tipo denuncia – está relacionada ao enfraquecimento global do poder do trabalho, de suas organizações sindicais e políticas, causado também, ainda que não apenas, pela duplicação da força de trabalho mundial, sob condições capitalistas, realizada, em

especial, após as crises e transições ocorridas nos países do bloco soviético, China, Índia, entre outros que, somados, contabilizam a maior parte da população mundial.

Em reforço a esse processo, em outra via, o neoliberalismo é marcado pela produção deliberada de uma “insegurança” que possibilita um tipo de configuração do mercado de trabalho mais favorável ao capital. Muitas análises apontam o desemprego como um efeito colateral das medidas neoliberais de austeridade. Ocorre que, de certo modo, para os neoliberais, o desemprego é o próprio objetivo. O desemprego desorganiza os trabalhadores, rebaixa salários e leva potencialmente a uma recuperação da “disciplina”, nos termos de Kalecki, no ambiente de trabalho.

Entre reformas neoliberais e a reestruturação produtiva levada à cabo em nível mundial durante as últimas décadas, um enfraquecimento relativo e absoluto do poder econômico e social do trabalho aprofunda-se, então, com a digitalização extensiva da atividade econômica que ampara uma nova rodada de mercantilização, de “comodificação” de atividades antes não direta e imediatamente expostas à esfera mercantil – que, assim, penetra, ainda mais, no governo da vida privada. O domínio do capital se estende, desse modo, tanto extensivamente – ou seja, geograficamente, abrangendo todo o globo – quanto intensivamente, internamente, aprofundando a colonização da subjetividade e da esfera privada individual no bojo das novas formas de produção e consumo de informações e conhecimento.

Neste cenário, marcado, ao mesmo tempo, por alta composição orgânica do capital e abundante oferta de força de trabalho – e, junto disso, pela ampliação do contingente de pessoas consideradas “supérfluas” do ponto de vista da acumulação de capital – parece exacerbar-se em toda a parte, em meio ao aprofundamento das desigualdades, um “brutalismo” na gestão da força de trabalho (empregada e não-empregada), cujo controle passa, cada vez mais, pela “coerção” em detrimento do “convencimento”.

Assim é que o “maravilhoso mundo novo” das biotecnologias, dos novos materiais, dos algoritmos e da inteligência artificial, da digitalização e plataformização de tudo é a um só tempo o mundo da hipertrofia penal, da criminalização da miséria, do trabalho precário e sub-remunerado imposto às maiorias sociais e minorias políticas – um cenário que, ao expandir-se da periferia para o centro, parece nos chamar a atenção para o caráter excepcional, restrito no tempo e espaço, da “aventura welfarista” do capitalismo

desenvolvimentista do pós-guerra, décadas que representam, na verdade, apenas um parêntese na história do modo de produção capitalista.

Cumpra destacar que o caráter “fictício” da valorização no capitalismo contemporâneo de que se disse antes não significa, definitivamente, uma indiferença em relação à necessidade de exploração do trabalho, antes o contrário. Massas cada vez mais significativas de mais-valor devem, como lenha, queimar na gigantesca fogueira da financeirização. A obtenção desse “combustível”, dada a aceleração e a virulência de uma combustão que se expressa num processo de apartamento ou, melhor, de autonomização relativa entre as esferas financeira e produtiva, precisa transcender justamente sem considerar os limites de outrora, as contemporizações e compromissos, o horizonte normativo mínimo, em suma, que servia de barômetro às disputas sociais no interior daquele modo relativamente mais “socialmente enraizado” de acumulação capitalista.

Neste quadro, torna-se bastante evidente como e por quê, então, um dos traços mais básicos do neoliberalismo é o uso sistemático do poder de Estado para impor os imperativos (financeiros) de mercado, num processo doméstico que é replicado internacionalmente por meio da globalização (via imperialismo). A globalização neoliberal, não configura simplesmente um processo de “desregulação econômica”, e não promove a “iniciativa privada” em geral. Sob uma retórica de não-intervenção, o neoliberalismo mobiliza, em verdade, intervenções extensivas e invasivas em todas as dimensões da vida social.

Se é correto falarmos, no que se refere à governamentalidade neoliberal, em uma dinâmica difusa e descentrada das relações de poder, pautada pela lógica concorrencial de mercado, que se reproduz sobremaneira a partir daquelas formas de subjetivação que redundam no “governo de si”; é igualmente sabido do caráter socialmente fabricado das instituições que reproduzem e recriam de modo continuado o mercado como espaço de centralização-descentralização política. Nessa fabricação continuada, o Estado, como instância material de poder, inclusive de classe, segue, ainda que sob uma apenas aparente diminuição de seu alcance, cumprindo papel absolutamente indispensável: como emissor de moeda; como arrecadador central e gestor estratégico de política econômica frente a determinados objetivos e dinâmicas de acumulação de capital; como articulador dos conflitos distributivos; como legislador e aplicador da ordem jurídica, como aparato repressivo e de controle social, entre outros.

O que se busca, portanto, é reforçar, aproximar e integrar o processo de tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação de capital e às redes de poder de classe. Desse modo (algo que, apenas a uma primeira vista, aparecerá como contraditório com a teoria neoliberal), o braço coercivo do Estado é fortalecido de maneira a proteger interesses corporativos e reprimir o dissenso quando necessário. Torna-se possível compreender, assim, o imbricamento nada aleatório entre neoliberalismo e Estado-punitivista.

É preciso objetar, então, que quando e onde isso ocorre, a parcial retirada do Estado da economia é estratégica do ponto de vista da acumulação. Não se trata, então, como já se disse tantas vezes, de diminuição do tamanho, importância ou da ação do Estado, mas de uma drástica reconfiguração de seu papel. Um Estado que vê assim, sua soberania ainda mais reduzida ao poder do “mercado” – algo que não ocorre apenas por meio de uma virada política e/ou subjetiva, cabe repetir, mas também como expressão daquelas transformações estruturais do capitalismo que acabei de delinear.

Neoliberalismo e Subjetividade

Um outro aspecto significativo dessas transformações se expressa na “individualização” prática da atividade produtiva, ou seja, na desarticulação dos grandes “coletivos” de trabalhadores cuja existência marca o processo de industrialização desde o século XIX. Ao ativar, nas últimas décadas, a desagregação dos trabalhadores e a pulverização dos processos de trabalho pelo espaço urbano e domiciliar, confundindo as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre, espaço de trabalho e espaço domiciliar, esfera privada e esfera pública, o processo de trabalho, em grande medida, torna-se ubíquo, inespecífico no espaço e no tempo, requerendo, em consequência, uma certa tendência à universalização do despotismo fabril e, assim, à constituição de estruturas de controle social ubíquo (pensemos no processo de “datificação” generalizada das formas de sociabilidade). A recente situação pandêmica, ao que tudo indica, faz acelerar essa tendência com a imensa expansão do trabalho remoto, o que, nestes termos, significa justamente o confinamento do trabalho no espaço privado, algo profundamente significativo em termos da administração da vida social. Junto disso, novas e velhas formas de composição da remuneração da força de trabalho emergem ou reconstituem-se em paralelo à relação tipicamente capitalista do assalariamento.

Essa relação, digamos, mais “direta” do indivíduo com o capital, sem passar imediatamente por uma coletividade (no interior do qual ele se “fazia” classe), pode ser vista de outro modo por meio da crescente “financeirização” de setores médios e trabalhadores mais bem remunerados, que compram ativos financeiros, investem em bolsa, compõem fundos de pensão, assumindo como seus os “humores do mercado”, face complementar, em termos ideológicos e políticos, da disseminação generalizada da subjetivação concorrencial-emprededora. É precisamente neste ponto que podemos encontrar a “base material” de toda a fortuna crítica foucaultiana – tão extensamente discutida neste colóquio – de análise da governamentalidade neoliberal, da conformação prática do indivíduo como capital humano que deve buscar, a todo custo, sua autovalorização. É apenas em um quadro material em que se confundem as fronteiras entre capital constante e capital variável que é possível conformar a realidade social de um tal modo em que o trabalhador veja e produza a si mesmo sob a lente do próprio capital; ou seja, que este se comporte efetivamente, no interior do processo de exploração e para além dele (com toda a patologização e adoecimento psíquico que isso produz), em conformidade com aquilo que o é e representa de facto para o capitalista: capital variável.

O “neoliberalismo de crise”

Eis que, nesta conjuntura, chegamos a um ponto em que a consolidação da racionalidade neoliberal como hegemônica tornou-se vítima de seus próprios efeitos, caminhando para o que parece ser uma crise. Crise essa que desvela didaticamente a importância material estratégica de certos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado, como busquei demonstrar. Em contraste com o triunfalismo das décadas de 1980 e 1990, o *mainstream* político e econômico neoliberal encontra-se, atualmente, em situação defensiva de incerteza quanto ao futuro.

Trata-se de uma crise que se expressa, para mobilizar o léxico foucaultiano, no seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que a “racionalidade neoliberal” nunca foi tão dominante, esta enfrenta, seja nos países capitalistas centrais seja nos países periféricos, barreiras materiais cada vez mais expressivas para se afirmar de modo continuado como um “regime de verdade”, “evidência” incontestável ou alternativa única. Colocando em outros termos; o desencaixe entre a afirmação ideológica do neoliberalismo e as condições materiais para sua reprodução continuada, no quadro de crise do regime de acumulação pós-2008, recolocam, em outro patamar, o problema da reprodução social. Automação avançada e reconfiguração estrutural do trabalho, aumento exponencial do

desemprego e das desigualdades sociais, políticas e econômicas, crise ambiental, retorno da contestação social, entre tantos outros limites, põem em questão as promessas neoliberais de realização pessoal-individual por meio do circuito trabalho-consumo, mesmo para algumas dentre aquelas parcelas sociais desde sempre restritas. Em risco, toda uma forma de conceber e gerir a relação entre Estado, mercado e sociedade.

Do discurso à prática, do conceito à história, a governamentalidade neoliberal não enformou a sociedade global apenas através da multiplicação de instâncias jurídicas de apelação contra quem colidisse com as normas da economia de mercado. O intervencionismo estatal manteve-se e permaneceu como instrumento constante, num sentido oposto ao pacto fordista-keynesiano ou ao planejamento socialista, agindo em favor do duplo processo de primazia financeira das dinâmicas de valorização do valor e de desregulamentação, flexibilização e precarização das relações e organizações do trabalho.

Na sombra do *homo oeconomicus* definido como capital humano, a governamentalidade neoliberal foi e é uma produtora em massa, conforme terminologia de Wendy Brown, de “sujeitos de sacrifício”, que, voluntária ou coercitivamente, são gradual ou paulatinamente eliminados em nome de metas fiscais, austeridade e solvência financeira. Também o retraimento radical dos mecanismos de providência e salário indireto criam condições sociais de extrema competição entre indivíduos, famílias e agrupamentos sociais diversos, generalizando um quadro social de desintegração e anomia em que a dupla contingência que permeia a relação ego/alter tende a ser “solucionada” numa representação privatista, nativista, hierarquizante e antissocial do outro como ameaça latente ou através da sua eliminação.

Eis o que a articulação de uma análise do neoliberalismo às tendências e transformações estruturais do processo de acumulação capitalista e ao fortalecimento do poder disciplinar/coercitivo de Estado, assim como, no seu interior, a recuperação do poder explicativo de uma teoria da ideologia renovada nos possibilita, enfim, compreender: o paradoxo do “neoliberalismo de crise” reside precisamente no desencaixe entre a força ideológica do neoliberalismo e as condições materiais para sua reprodução continuada como modo de regulação capitalista.

Nesse quadro, a superação do neoliberalismo, fica evidente, não se trata de uma questão de boa vontade, programa bem articulado ou convencimento político eficiente – ainda

que tais aspectos possam configurar bons pontos de partida. Tão menos razoável é aposta em uma mudança repentina de pensamento que levará para outra direção as elites políticas, por consciência que teriam enfim adquirido das causas e efeitos da crise generalizada que vivemos.

Distintamente, em cada ato, a crise apareceu para as classes dirigentes – e não é diferente agora – como uma oportunidade bem-vinda, conduzindo, assim, ao fortalecimento do programa econômico neoliberal. Pensemos aqui nas repetidas rodadas de austeridade impostas aos Estados ademais diretamente engajados eles mesmos no aprofundamento da lógica da concorrência nos mercados financeiros. Desse modo, as crises não parecem ser, para o neoliberalismo, uma ocasião para sua limitação – ainda que, como resultado, a realidade geral demonstre se encaminhar para uma direção cada vez mais instável e perigosa.

Lembremos, ainda, com Marx e Engels, que apesar de inusitado isso não configura um feito propriamente extraordinário. Eu cito passagem do Manifesto: *“a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes”*.

As crises e efeitos inesperados da luta política e social, é preciso que se diga, não são apenas resíduos da dinâmica do capital, um espaço fora ou um *a posteriori* à dinâmica do valor e do capital, mas parte integrante de seus próprios mecanismos adaptativos, fontes de stress do sistema que catalisam a operacionalização de suas metamorfoses. A luta de classes não é, portanto, um elemento exógeno, mas uma variável endógena à reprodução do capitalismo. Isso aponta, certamente, para um desenvolvimento histórico que não tem um fim dado, razão ou objetivo pré-definido, mas sim contingente, em aberto, um processo sem sujeito.

Voltando, por fim, às agruras da conjuntura presente; a realidade – intelectual e politicamente trágica – é que a geração que compõe hoje a população economicamente ativa na maior parte dos países vive o infortúnio de ter “investido” – muitas vezes à duras penas – todos seus esforços na autopreparação para um mundo que já não existe mais.

Em parte, a desorientação e ressentimento a que isso conduz se transmuta no combustível das novas expressões políticas que temos visto surgir.

O capitalismo, sabemos, é uma máquina de subversão permanente. Se reproduz tirando o chão debaixo dos próprios pés; destrói criando e cria destruindo, como nos recorda Schumpeter. Isso é largamente indiferente aos nossos dramas pessoais e vontades individuais.

Qualquer pessoa que pare por um momento para pensar a sério a situação percebe que vivemos uma crise civilizacional de grandes proporções, mas esse conhecimento não muda a natureza do impasse, tampouco o resolve. Contrariamente ao radical individualismo metodológico da escola austríaca, e lembrando da falácia da composição de Keynes, ou do postulado funcionalista durkheimiano básico: o coletivo, o agregado, ou o todo, caso se queira, não é composto pela mera soma aritmética das partes. Cada indivíduo apegado a mais racional das posições produz como resultado geral uma realidade coletiva sumamente irracional. E é evidente que isso serve para descrever, talvez, sobretudo, a dinâmica comportamental de nossas elites econômicas, políticas, intelectuais e sociais que, ao que tudo indica, são tragadas – ainda que em posições diferenciais e privilegiadas – neste mesmo processo. Nossas elites estão “racionalmente” apegadas às suas posições relativas; e é precisamente por essa razão estão sendo junto tragadas para a tragédia do irracionalismo de massas a que assistimos. Eis mais um dado deste “neoliberalismo de crise”.

É de fato difícil, neste momento, enxergar alguma saída, que não um aprofundamento da espiral de destruição e regressão social que ora testemunhamos. Mas, talvez, o “neoliberalismo de crise” seja, a depender de aspectos inúmeros, justamente uma longa e dolorosa condição de possibilidade para o nascimento de um outro porvir.